ATA DA 31ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 1º PERÍODO DA 20ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ, ESTADO DO MARANHÃO

Em 6 de maio de 2025, às 8h30min, no Plenário Léo Franklin e por meio virtual, a Câmara Municipal de Imperatriz esteve reunida em Sessão Ordinária. Compareceram os vereadores: Adriano Lima Brito, Amauri Alberto Pereira de Sousa, Alcemir da Conceição Costa, Aurélio Gomes da Silva, Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa, Francisco Messias da Silva, Jhony dos Santos Silva, João Ferreira da Gama Júnior, Jorgiana Pinheiro Sousa, Mesaac Cirqueira Santiago, Renata Sousa Nascimento, Rosângela Aparecida Barros Curado, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, Rubem Lopes Lima, Terezinha de Oliveira Santos, Whallassy de Oliveira Barros, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, Whelberson Lima Brandão e o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior. Ausentes: Elias Ferreira de Holanda Júnior e Raymara Carvalho Lima Cruz. Verificado quórum regimental, a vereadora Jorgiana Pinheiro Sousa procedeu à leitura dos versículos de 1 a 6 do capítulo 96 do livro de *Salmos* da *Bíblia Sagrada*. Logo depois, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, declarou aberta a 31ª Sessão Ordinária do 1º Período da 20ª Legislatura e autorizou o primeiro-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a proceder à leitura da ata da sessão anterior, ocasião em que o vereador Rodrigo Silva de Medeiros Passos solicitou dispensa do procedimento, proposta que foi aceita, quando o presidente submeteu a votação o referido documento, que foi aprovado pela unanimidade dos edis participantes. A seguir, com base no artigo 287, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imperatriz, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, anunciou a realização de Tribuna Popular em que se manifestariam a advogada Lidiane Lopes e o promotor de Justiça Eduardo André de Aguiar Lopes sobre o "Dia da Conscientização da Síndrome de Edwards" (6 de maio). Ao se dirigir à Tribuna, a advogada Lidiane Lopes explicou que, causada por alteração no cromossomo 18, a Síndrome de Edwards era rara e considerada por médicos incompatível com a vida, a propósito do que lhe resultara em atendimento desumanizado a seu filho. Logo depois, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, observou, que a Pauta da Sessão constava, na Ordem do Dia, de Projeto de Lei Ordinária [Nº 8/2025], de sua autoria, que "Institui no âmbito do Município de Imperatriz a Lei Eduardo Davi, em Alusão ao Dia da Conscientização da Síndrome de Edwards, incluindo-o no calendário oficial do Município", após o que anunciou a exibição de vídeo institucional, em que a doutora em genética e biotecnologia Michelle de Lima Detoni Coleta discorreu sobre a referida síndrome. Em seguida, ao fazer uso da Tribuna, o promotor de Justiça Eduardo André de Aguiar Lopes esclareceu que, embora fosse amplamente reconhecido por seu papel no Ministério Público, naquela oportunidade se apresentava como pai enlutado, alguém que havia vivido a dor da perda e que trazia um relato pessoal profundamente marcado por amor, expectativa e sofrimento. Relatou que, ao descobrir a terceira gestação de sua esposa, Lidiane, sentiu imensa alegria. Tendo já duas filhas, o casal aguardava com esperança o nascimento de um menino, o que consideravam o complemento do sonho familiar que ambos cultivavam desde o casamento. Contou que

o nome escolhido para o filho fora Eduardo Davi, nome este que, originalmente, havia sido selecionado para a primeira filha. Como ela viera a se chamar Maria Helena, o nome ficou reservado, sendo recuperado com entusiasmo assim que souberam que esperavam um menino. No entanto, apesar de todos os cuidados médicos dispensados ao longo da gestação, a primeira ultrassonografia morfológica apontou sinais de anomalia. Posteriormente, esses indícios se confirmaram como características da síndrome de Edwards, revelando uma série de complicações, como a má formação do coração, ausência de divisão entre os ventrículos e ausência de átrios, além da presença de órgãos como o estômago e o intestino fora da parede abdominal. Assinalou que, diante do diagnóstico, foi-lhes sugerida a possibilidade de interrupção da gravidez, proposta que compreendeu como um direito, mas que optou por não seguir. Na sequência, o promotor destacou a postura humanizada dos profissionais de saúde com os quais mantivera contato, tanto em Imperatriz quanto em São Luís. Enalteceu a atuação da médica responsável pelo parto e do médico que realizara o procedimento de curetagem, ressaltando o respeito e o cuidado oferecidos em todas as etapas. Mencionou, ainda, que em nenhum momento fora utilizada a expressão "incompatível com a vida" durante o acompanhamento da gravidez e que esse detalhe, aparentemente simples, fora crucial para que ele e sua esposa atravessassem aquele período com mais serenidade. Sublinhou a importância de que pais e mães tenham acesso a exames diagnósticos adequados, inclusive os de alto custo, como o cariótipo, que identificara a síndrome em seu filho. A esse respeito, observou que o acesso a esse exame é muitas vezes inviável para famílias de baixa renda e defendeu a criação de políticas públicas que garantissem a realização de exames específicos sempre que houvesse suspeita de anomalias congênitas. Argumentou que a disponibilização de ultrassonografias morfológicas e exames genéticos poderia significar a diferença entre a vida e a morte de muitas crianças e que intervenções logo após o parto são determinantes para a ampliação da expectativa de vida de bebês com a síndrome, hoje já estimada em até 25%. Na mesma linha, informou que, no início de suas pesquisas, havia lido que crianças com a síndrome de Edwards não apresentavam reações afetivas. Contudo, frisou que havia registros no Brasil de crianças que evoluíram, alcançaram a idade adulta, demonstraram afeto e conviviam com suas famílias, contrariando prognósticos e desafiando diagnósticos desumanizantes. Criticou o tratamento, ainda vigente em alguns contextos, que reduzia essas crianças a "fetos a serem expelidos" ou a "resíduos biológicos", observando que até a placenta, hoje, recebe tratamento mais humanizado do que os corpos de bebês com diagnóstico semelhante ao de seu filho. Ao abordar a relevância da legislação, defendeu que a conscientização sobre a síndrome deveria começar pela formação técnica dos profissionais de saúde e ser acompanhada de políticas públicas claras e efetivas, voltadas ao apoio integral às famílias afetadas. Ressaltou que, embora o luto seja, muitas vezes, antecipado, manifestando-se ainda na gestação, é real e precisa ser acolhido com respeito. Nesse sentido, assinalou a necessidade de uma rede de apoio envolvendo, além da saúde, o serviço de assistência social, com sensibilidade e preparo para lidar com pais enlutados. Logo depois, o promotor de Justiça Eduardo André de Aguiar Lopes

frisou que, ao abrir espaço para debater o tema, o município de Imperatriz avançava no reconhecimento da importância da causa. Destacou que poucas cidades brasileiras possuíam legislação específica sobre a síndrome e celebrou o fato de que, naquela data, 6 de maio de 2025, Imperatriz passava a figurar entre as que ofereciam atenção especial às famílias impactadas por essa condição. Citou, como exemplo, o relato da coordenadora da Associação do Amor, que, mesmo enfrentando o divórcio após o diagnóstico da filha, afirmou não haver se arrependido da experiência de maternidade, vivida intensamente durante os três dias de vida da criança. Por fim, agradeceu à Câmara Municipal pela atenção concedida e reiterou sua expectativa de que a lei de conscientização fosse aprovada, permitindo, nos anos seguintes, a ampliação dos esforços de acolhimento, sensibilização e assistência à sociedade, momento em que enfatizou que a aprovação dessa lei significaria não apenas um avanço jurídico, mas, sobretudo, um gesto de cuidado, carinho e respeito aos direitos das famílias e de suas crianças. Ao retomar a palavra, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, agradeceu ao promotor de justiça Eduardo André de Aguiar Lopes, ressaltando que, naquela ocasião, ele se pronunciara não apenas como agente do Ministério Público, mas sobretudo como pai enlutado, cuja experiência pessoal com o diagnóstico da síndrome de Edwards na própria família conferia especial legitimidade ao seu depoimento. Em seguida, o presidente registrou que o dia 6 de maio fora instituído como data dedicada à conscientização sobre a referida síndrome, destacando a importância de sensibilizar a sociedade imperatrizense quanto às implicações da condição. A esse respeito, comentou ter anotado as principais características clínicas da síndrome de Edwards, entre as quais listou o atraso no desenvolvimento físico e mental, o baixo peso ao nascer, a microcefalia, o formato anormal da cabeça, orelhas de implantação baixa, mandíbula pequena, mãos fechadas com sobreposição dos dedos, além de malformações cardíacas e em outros órgãos vitais. No entanto, conforme ponderou, mais importante que os aspectos clínicos fora o conteúdo humano predominante nos depoimentos: a defesa incondicional da vida, o respeito ao direito de existir, ainda que por um ou poucos dias, e a luta por garantir dignidade desde o diagnóstico até o desfecho, muitas vezes precoce. Nesta ocasião, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, sublinhou que os avanços da ciência haviam ampliado consideravelmente a expectativa de vida das crianças com essa síndrome, conforme demonstrado no vídeo apresentado, no qual uma especialista informara que os índices de sobrevida até os cinco anos de idade haviam saltado de 5% para 23% nos casos em que eram realizadas cirurgias precoces, inclusive intrauterinas ou imediatamente após o nascimento. Por fim, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, enfatizou a necessidade de a sociedade continuar avançando no respeito à vida e na acolhida às famílias que enfrentam esse desafio, garantindo-lhes atenção e suporte adequados. Instantes depois, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, abriu espaço à manifestação de representantes do Hospital Regional Materno Infantil, momento em que se inscreveu a médica pediátrica Mayara Bezerra. Ao se pronunciar da Tribuna, a médica pediátrica Mayara Bezerra identificou-se como pediatra e coordenadora de Unidade de Cuidados Intermediários Neonatais - UCI e declarou estar presente,

em nome da maternidade, para contribuir com o debate sobre a síndrome de Edwards. Iniciou sua fala manifestando solidariedade à família enlutada, reconhecendo a delicadeza da situação enfrentada por todos os envolvidos. Em seguida, avaliou que os relatos apresentados na audiência revelavam apenas a "pontinha do iceberg" diante da complexidade que envolve os casos de síndromes genéticas raras. Na sua visão, essas situações expunham fragilidades estruturais e de gestão tanto no setor público quanto no privado, especialmente no que tange à humanização dos cuidados. Comentou ter percebido, pelas falas anteriores, que ainda havia falhas significativas nesse processo, particularmente no que dizia respeito ao luto perinatal, tema que, segundo ela, permanecia negligenciado. Ressaltou que, apesar dos avanços conquistados na humanização do parto, persistia uma carência de protocolos e sensibilização quando se tratava de perdas gestacionais precoces, óbitos fetais e situações similares. Observou que essas circunstâncias exigiam abordagem específica e cuidadosa, já implementada em países como a Inglaterra, que, conforme destacou, possuía sistema público de saúde semelhante ao brasileiro. A esse respeito, explicou que, naquele país, as famílias eram acolhidas desde o momento do diagnóstico, recebendo acompanhamento psicológico e suporte emocional contínuo, além de tratadas com respeito e dignidade em todas as etapas do processo, inclusive no contato com o filho falecido. A médica narrou ainda que, em sua atuação na UCI, testemunhara mães abandonadas pelas famílias, ficando sozinhas com toda a responsabilidade do cuidado de uma criança com necessidades especiais. Em muitos casos, essas mulheres também desapareciam, tamanha a sobrecarga. Frisou que o acolhimento desde o início do pré-natal seria fundamental para evitar o agravamento desses quadros, permitindo um planejamento cuidadoso da assistência e da estrutura familiar. Defendeu o fortalecimento do pré-natal, com ênfase na realização de exames morfológicos e na disponibilidade de testes genéticos, a fim de possibilitar diagnósticos precoces e viabilizar o acompanhamento de profissionais como assistentes sociais e psicólogos. Enfatizou que, uma vez conhecido o diagnóstico, seria possível planejar o parto com base nas expectativas da família, preparando-a para uma possível internação em unidade neonatal intensiva e alinhando cuidados futuros. Comentou que, durante a hospitalização, as equipes médicas discutiam alternativas como a realização de cirurgias precoces ou, quando necessário, a adoção de cuidados paliativos. Fez questão de esclarecer que cuidados paliativos não significavam a preparação para a morte, mas sim a garantia de uma passagem digna pela vida, respeitando a dignidade da criança. Nesse contexto, observou que o conceito de paliativo estava relacionado à oferta de qualidade de vida, mesmo diante de limitações severas. Mayara Bezerra reconheceu que a unidade em que trabalhava ainda apresentava carências estruturais, mas garantiu que a equipe buscava fazer o melhor possível com os recursos disponíveis. Assinalou também que outro ponto crítico era a desospitalização, pois crianças com síndrome de Edwards, mesmo com sobrevida prolongada, necessitavam de cuidados contínuos em casa. Alertou que a falta de estrutura familiar e domiciliar adequada fazia com que essas crianças permanecessem internadas por tempo excessivo, sobrecarregando os leitos e privando as famílias de uma convivência mais próxima. A

seguir, a pediatra Mayara Bezerra defendeu a criação de políticas públicas específicas para preparar a desospitalização e promover a reintegração dessas crianças à sociedade, observando que esse processo exigia articulação entre os profissionais de saúde, o poder público e a comunidade. Por fim, colocou-se à disposição para esclarecer eventuais dúvidas dos presentes. Nesta ocasião, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, abriu espaço à manifestação dos vereadores, quando se inscreveram os parlamentares Rosângela Aparecida Barros Curado, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, Rubem Lopes Lima, Amauri Alberto Pereira de Sousa, Ao fazer uso da palavra, a vereadora Rosângela Aparecida Barros Curado assinalou que aquele momento era compartilhado por todos os presentes, sobretudo pelo significado do luto enfrentado pela família, que havia motivado a realização daquela audiência. A parlamentar destacou que o exercício da vereança possibilitava um contato direto com a comunidade, o que permitia conhecer de perto os dramas vivenciados pelas famílias. A esse respeito, avaliou que o processo de perda de um filho era uma provação extremamente difícil, especialmente considerando que, desde o momento em que se recebe a notícia da gestação, inicia-se também um processo de idealização, amor e projeção de sonhos. Por isso, segundo ela, quando o desfecho não ocorre conforme o esperado, é inevitável que todos os envolvidos sintam profunda dor. Rosângela considerou que o casal ali presente, Lidiane e Eduardo, havia sido convocado a assumir uma representação simbólica de tantas outras famílias que nunca tiveram oportunidade de compartilhar suas vivências, tampouco de mobilizar a sociedade em torno de causas como a da síndrome de Edwards. Nesse contexto, reconheceu o papel relevante do casal em promover a visibilidade do tema, inclusive com a proposição da criação do Dia da Conscientização da Síndrome de Edwards. Em seguida, mencionou já haver tomado conhecimento da síndrome por meio de amiga residente em São Luís, chamada Vanessa Guará, mãe de José Júnior, também diagnosticado com a mesma condição. Destacou que o episódio provocara nela um "despertamento", que, segundo avaliou, também ocorrera com os demais parlamentares e profissionais presentes na audiência. Nesse ponto, elogiou a fala da médica Mayara Bezerra, agradecendo por seu trabalho na UCI, e sublinhou a relevância do acolhimento oferecido às famílias nas unidades hospitalares. A vereadora reforçou que todo o processo de cuidado e acolhimento se iniciava no pré-natal e que, nesse sentido, era indispensável o fortalecimento da atenção básica. Opinou que o município de Imperatriz ainda carecia de política pública que garantisse, na rede pública, a realização do exame de ultrassonografia morfológica, conforme previsto no protocolo do Ministério da Saúde. Argumentou que esse tipo de exame era essencial para o diagnóstico precoce não apenas da síndrome de Edwards, mas também de outras condições como a síndrome de Patau, a anencefalia e a hidrocefalia, o que permitiria às famílias maior preparo e possibilidade de acolhimento adequado, com o suporte de equipe multiprofissional. Nesta ocasião, a vereadora Rosângela Aparecida Barros Curado observou que receber diagnóstico de anormalidade fetal é emocionalmente impactante, razão pela qual seria imprescindível o acompanhamento psicológico e social às famílias afetadas. Nessa perspectiva, defendeu a atuação conjunta do poder público municipal e estadual para

garantir acesso aos exames e à assistência necessária, reafirmando que Imperatriz, sendo a segunda maior cidade do Maranhão e referência em saúde para uma região que abrangia quase um milhão de pessoas, não poderia se omitir diante da demanda. Por fim, a vereadora Rosângela Aparecida Barros Curado expressou apoio à criação da "Lei Eduardo David", no âmbito do município de Imperatriz, como forma de institucionalizar o Dia da Conscientização da Síndrome de Edwards e dar visibilidade também a outras síndromes que acometiam crianças, após o que agradeceu pela presença dos convidados, reafirmou o compromisso da Câmara em acolher a causa e assegurar uma resposta institucional à sociedade e concluiu desejando que todos se sentissem acolhidos naquela Casa Legislativa. Ao se pronunciar, o edil Wanderson Manchinha Silva Carvalho sugeriu ao presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, a inversão entre o Expediente da Casa e a Ordem do Dia para que os convidados presentes pudessem acompanhar a discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária [Nº 8/2025] constante da `Pauta, no que foi seguido pelos colegas Rubem Lopes Lima e Amauri Alberto Pereira de Sousa. Ao fazer uso da palavra, o vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa decalrou que vinha acompanhando atentamente a tramitação do projeto em questão, a propósito do que ressaltou a sensibilidade do autor, Adhemar Alves de Freitas Júnior, a causas como a proposição em debate, que considerou uma semente plantada. A seguir, avaliou que, com a aprovação do projeto e com a união de esforços entre a Câmara Municipal de Imperatriz, o Governo do Estado e o Governo Federal, seria possível despertar esperança no coração de muitos cidadãos invisibilizados, pessoas que, segundo frisou, nem sequer tinham a chance de tentar um tratamento ou buscar apoio, permanecendo até então sem direção, sem qualquer luz no fim do túnel. Nesse sentido, o vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa assinalou a importância de que aqueles que já possuíam entendimento e vivência sobre o tema e que haviam usado a Tribuna se mantivessem engajados, colaborando com a Comissão de Saúde e com o Legislativo Municipal, após o que reiterou a confiança em que a atuação dos representantes públicos tornaria possível conquistar condições concretas de apoio e assistência às famílias afetadas, tornando-se uma verdadeira luz em suas vidas. Logo depois, relatou, ainda, que em ocasião anterior conversara com o promotor de Justiça Eduardo André de Aguiar Lopes e percebera nele a emoção de um pai determinado a fazer com que o filho vivesse, não apenas por meio da lei, mas também das ações que dela poderiam se desdobrar. Nesta ocasião, o parlamentar Amauri Alberto Pereira de Sousa sublinhou que o objetivo seria transformar a lei em farol de esperança para os que ainda estavam mergulhados na escuridão, sem saber a quem recorrer. Ponderou sobre o sofrimento mesmo entre aqueles com maior poder aquisitivo e enfatizou que a dor era ainda mais intensa entre os que não dispunham de qualquer condição de lutar. Por fim, o edil Amauri Alberto Pereira de Sousa declarou-se convicto de que, com a aprovação da matéria e a continuidade da mobilização em torno dessa causa, seria possível iluminar a vida de inúmeras famílias e da sociedade como um todo, após o que encerrou desejando as bênçãos de Deus sobre todos e manifestou apoio à apreciação e votação favorável ao projeto. Nesta oportunidade, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, submeteu a

votação a proposta do vereador Wanderson Manchinha Silva Carvalho de inversão da Pauta, a qual foi aprovada pela unanimidade dos edis presentes. Na sequência, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, anunciou a Ordem do Dia, que constava de única discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária Nº 8/2025, de sua autoria, que "Institui no âmbito do Município de Imperatriz a Lei Eduardo Davi, em Alusão ao Dia da Conscientização da Síndrome de Edwards,. a ser realizado no dia 6 de maio de cada ano, e dá outras providências". Em seguida, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, autorizou o primeiro-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a proceder à leitura da matéria constante da Ordem do Dia, que incluía Pareceres das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação, e de Educação, Cultura, Lazer e Turismo, favoráveis à referida matéria. Ato contínuo, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, expôs a única discussão o Projeto de Lei Ordinária Nº 8/2025, momento em que, como não se registrasse mais nenhum pronunciamento, submeteu-o a única votação, quando foi aprovado pela unanimidade dos vereadores presentes. Na sequência, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, autorizou o primeiro-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a proceder à leitura da correspondência recebida, que constava de: Convite, de 29 de abril, do coordenador do colegiado Vozes da Cidadania de Imperatriz, padre Elisvaldo Cardoso Silva, que convidava a participar da 1ª Plenária Popular de Imperatriz, em 8 de maio, das 18 às 22 horas, na Universidade Estadual da Região Tocantina - Uemasul; Documento 1.966/2025, de 30 de abril, do comissário de Justiça da Infância e Juventude da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Imperatriz, Sillas Santana Pinheiro, que convidava a participar, em 18 de maio, a partir das 6 horas, da Corrida Faça Bonito, com largada no Fórum Henrique de la Roque, alusiva ao Dia Nacional de Combate ao Abuso Sexual e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. O presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, procedeu à leitura de Comunicado sobre o Parecer da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, relativo aos Pareceres Prévios nº 631/2023 e nº 69/2024, do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão - TCE/MA, que tratavam das Prestações de Contas Anuais de Governo do ex-prefeito Francisco de Assis Andrade Ramos, referentes aos exercícios financeiros de 2017 e 2018. Nesta ocasião, afirmou que, em respeito aos princípios constitucionais da legalidade, do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, bem como às normas do ordenamento jurídico vigente, a Comissão concluíra os trabalhos de análise, conforme determinação do art. 291, §1º, do Regimento Interno. Explicou que, como resultado, a referida Comissão opinara pela rejeição dos pareceres prévios emitidos pelo TCE/MA, por entender que estes se encontravam em desacordo com as normas legais e os princípios que regem a Administração Pública. O presidente ressaltou o zelo da Câmara Municipal na adoção de todas as medidas legais cabíveis, observando rigorosamente os princípios constitucionais já mencionados, especialmente no que se refere à publicidade dos atos. Sublinhou que todos os atos administrativos estavam devidamente divulgados no Diário Oficial da Câmara. Em seguida, informou que a sessão destinada à apreciação do referido Parecer ocorrer-se-ia no dia 7 de maio, às 8h30, em horário regimental, esclarecendo que o rito seria diverso

do das sessões ordinárias. Nesse sentido, pediu a compreensão e a colaboração de todos os vereadores para o início pontual dos trabalhos, de modo a garantir o cumprimento do Regimento e a observância de todas as etapas processuais. Por fim, destacou que a sessão de julgamento teria como pauta exclusiva a análise das contas referentes aos exercícios de 2017 e 2018. Assinalou ainda que a audiência seria pública, convidando a comunidade de Imperatriz a comparecer, bem como a acompanhar os trabalhos pelas redes sociais institucionais da Câmara Municipal. Ato contínuo, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, autorizou o primeiro-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a proceder à leitura do Expediente da Casa, que constava da apresentação e encaminhamento à Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação dos Projetos de: Lei Ordinária Nº 37/2025, de autoria do vereador Francisco Messias da Silva que "Dispõe sobre a implantação de botões de pânico comunitários para mulheres em situação de violência doméstica no Município de Imperatriz"; Decreto Legislativo Nº 10/2025, de autoria do vereador Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa, que "Outorga o Título de Cidadã Imperatrizense à Srª Rakel Murad". Logo depois, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, determinou o encaminhamento das mencionadas matérias às referidas Comissões Permanentes. Na sequência, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, autorizou o primeiro-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a dar prosseguimento à leitura do Expediente da Casa, que abrangia, ainda, a apresentação, discussão e votação de sete Indicações: 384/2025, de autoria do vereador Francisco Messias da Silva, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Esporte, Lazer e Juventude, Getúlio Ferreira Melo Júnior, da ampliação do programa "Ruas de Lazer" para os bairros periféricos e povoados da zona rural de Imperatriz - MA, com o objetivo de garantir o exercício do direito ao esporte e lazer a todo o Município; 391/2025, de autoria do vereador Jhony dos Santos Silva, ao deputado federal Josivaldo dos Santos Melo, ao deputado estadual Wellryc Oliveira Costa da Silva, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, José Marcelino Tavares de Morais, da firmação de parceria para o bloqueteamento, com meios-fios e sarjetas, das Ruas E-9, entre as Ruas F-3 e São João; F-3, entre as Ruas E-7 e E-9; e E-7, entre a Av. Tropical Sul e a Rua São João, no Jardim Tropical; 420/2025, de autoria do vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa, ao senador Weverton Rocha Marques de Sousa, ao governador Carlos Orleans Brandão Júnior e ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral, da firmação de parceria para a construção de quatro restaurantes populares para atender às regiões do Grande Santa Rita, Cafeteira, Vila Lobão e Bacuri; 426/2025, de autoria do vereador Alcemir da Conceição Costa, ao governador Carlos Orleans Brandão Júnior, ao presidente da Agência Executiva Metropolitana do Sudoeste Maranhense, Vagtônio dos Santos Brandão, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, José Marcelino Tavares de Morais, da firmação de parceria para a execução de obra de recuperação da pavimentação asfáltica, com drenagem e esgotamento sanitário, nas seguintes vias públicas da Vila Nova: Rua Benedito Silvestre Moraes, no trecho compreendido entre as Ruas Santos Dumont e Catulo da Paixão Cearense; e Rua Tiradentes, no trecho compreendido

entre a Av. São Sebastião e a Rua Benedito Silvestre de Moraes; 431/2025, de autoria do vereador Whalassy de Oliveira Barros, ao governador Carlos Orleans Brandão Júnior, ao secretário de Estado da Cultura, Yuri Arruda Milhomem, ao presidente da Agência Executiva Metropolitana do Sudoeste Maranhense, Vagtônio dos Santos Brandão, e ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral, da firmação de parceria para a elaboração de projeto de revitalização do Teatro Ferreira Gullar e/ou construção de novo teatro municipal, com estrutura moderna, acessível e adequada, ampliando a oferta de espaços culturais e atendendo à crescente demanda da população por atividades artísticas e culturais; 452/2025, de autoria do vereador Wanderson Manchinha Silva Carvalho, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, José Marcelino Tavares de Morais, do bloqueteamento da Rua Colinas, entre a Rua Itaúna e a Av. Estocolmo, no Bairro Vilinha; 462/2025, de autoria do vereador Jorgiana Pinheiro Sousa ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, José Marcelino Tavares de Morais, da recuperação asfáltica ou bloqueteamento, acompanhada de drenagem, bem como de sarjetas e guias, da Rua W1, no Parque São José. Imediatamente, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, expôs a discussão a Indicação de autoria do vereador Francisco Messias da Silva, que assinalou a relevância da ampliação do programa "Ruas de Lazer" para os bairros periféricos e povoados da zona rural, com o objetivo de garantir o exercício do direito ao esporte e lazer a todo o Município. Ao fazerem uso da palavra, solicitaram permissão para subscrever a matéria os edis Adhemar Alves de Freitas Júnior, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, Amauri Alberto Pereira de Sousa, Mesaac Cirqueira Santiago, Adriano Lima Brito, Jorgiana Pinheiro Sousa e Renata Sousa Nascimento. Como ninguém mais se pronunciasse, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, submeteu a votação a Indicação Nº 384/2025, que foi aprovada pela unanimidade dos edis participantes. Instantes depois, expôs a discussão a Indicação de autoria do edil Jhony dos Santos Silva, que destacou a necessidade do bloqueteamento (com meios-fios e sarjetas) das Ruas E-9, no perímetro entre as Ruas F-3 e São João; F-3, no perímetro entre as Ruas E-7 e E-9; e E-7, partindo da Av. Tropical Sul até a Rua São João, no Jardim Tropical. Ao fazerem uso da palavra, dispuseram-se a subscrever a matéria os edis Rubem Lopes Lima, Amauri Alberto Pereira de Sousa, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, Adriano Lima Brito, Jorgiana Pinheiro Sousa, Renata Sousa Nascimento, Adhemar Alves de Freitas Júnior, Francisco Messias da Silva e Mesaac Cirqueira Santiago. Como ninguém mais se manifestasse, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, submeteu a votação a Indicação Nº 391/2025, que foi aprovada pela unanimidade dos edis participantes. Na sequência, expôs a discussão a Indicação de autoria do vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa, que frisou a necessidade da construção de quatro novos restaurantes populares para atender às grandes regiões do Santa Rita, Cafeteira, Vila Lobão e Bacuri. Ao fazerem uso da palavra, solicitaram permissão para subscrever a matéria os edis Alcemir da Conceição Costa, Renata Sousa Nascimento, Francisco Messias da Silva, Mesaac Cirqueira Santiago, Rubem Lopes Lima, Amauri Alberto Pereira de Sousa, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, Whalassy de

Oliveira Barros, Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa, Jhony dos Santos Silva, Adriano Lima Brito e Terezinha de Oliveira Santos. Nessa ocasião, o vereador Alcemir da Conceição Costa lamentou que muitos imperatrizenses ainda se vissem privados de alimentação, o que realçava a importância da proposição para a segurança alimentar na cidade. Neste ínterim, o vereador Rubem Lopes Lima registrou a presença na Galeria da vice-prefeita de João Lisboa, Fabiana Santiago Silva, que convidou a compor a mesa. Nesta oportunidade, o edil Amauri Alberto Pereira de Sousa apresentou boas-vindas à vice-prefeita, Fabiana Santiago, registrou pesar pela morte do médico joãolisboense Samuel Almeida Costa, 42 anos, no que foi seguido pelo presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior. Como não se registrasse mais nenhum pronunciamento, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, submeteu a votação a Indicação Nº 420/2025, que recebeu a aprovação da unanimidade dos edis participantes. Imediatamente, o primeiro-vice-presidente, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, expôs a discussão a Indicação de autoria do vereador Alcemir da Conceição Costa, que contou que atendia a reivindicação da comunidade local a proposição da pavimentação asfáltica (com drenagem e esgotamento sanitário) da Rua Benedito Silvestre Moraes, no trecho compreendido entre as Ruas Santos Dumont e Catulo da Paixão Cearense, e da Rua Tiradentes, no trecho compreendido entre a Av. São Sebastião e a Rua Benedito Silvestre de Moraes. Ao fazerem uso da palavra, solicitaram permissão para subscrever a matéria os edis Rubem Lopes Lima, Renata Sousa Nascimento, Whalassy de Oliveira Barros, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, Adriano Lima Brito, Jorgiana Pinheiro Sousa, Mesaac Cirqueira Santiago e Terezinha de Oliveira Santos. Como ninguém mais se manifestasse, o primeiro-vice-presidente, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, submeteu a votação a Indicação Nº426/2025, que foi aprovada pela unanimidade dos edis participantes. Ato contínuo, expôs a discussão a Indicação de autoria do vereador Whalassy de Oliveira Barros, que lamentou que o Teatro Ferreira Gullar se encontrasse abandonado e deteriorado, a propósito do que ressaltou sua importância para a cultura da cidade, de modo que se fazia necessária a revitalização desse teatro ou construção de novo teatro municipal com estrutura moderna, acessível e adequada, ampliando a oferta de espaços culturais e atendendo à crescente demanda da população por atividades artísticas. Ao fazerem uso da palavra, dispuseram-se a subscrever a matéria os edis Wanderson Manchinha Silva Carvalho, Rosângela Aparecida Barros Curado, Rubem Lopes Lima, Mesaac Cirqueira Santiago, Alcemir da Conceição Costa, Whelberson Lima Brandão, Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa, Adhemar Alves de Freitas Júnior, Jhony dos Santos Silva, Jorgiana Pinheiro Sousa, Renata Sousa Nascimento, Adriano Lima Brito, Terezinha de Oliveira Santos e Amauri Alberto Pereira de Sousa. A esse respeito, o edil Rubem Lopes Lima apontou a necessidade de um teatro à altura da cidade de Imperatriz. Nessa ocasião, a parlamentar Rosângela Aparecida Barros Curado sugeriu visita de comissão de vereadores ao Congresso Nacional com vistas a pleitear a deputados e senadores a destinação de verbas à cultura local, no que foi seguida pelos vereadores Alcemir da Conceição Costa e Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa, que acrescentaram a sugestão de visita também à Assembleia Legislativa. Nesse sentido, o edil Fidelis Rodrigues da Silva

Uchôa informou que o secretário chefe da Casa Civil do Governo do Estado, Sebastião Torres Madeira, já agendara audiência do governador Carlos Orleans Brandão Júnior com comissão de vereadores. A esse respeito, o vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa parabenizou o colega Whalassy de Oliveira Barros pela iniciativa da Indicação, após o que lamentou que alguns colegas ainda demonstrassem preocupação excessiva com manifestações aleatórias, especialmente oriundas de redes sociais, proferidas por pessoas sem trajetória política, que nem sequer haviam se candidatado a qualquer cargo público e, muitas vezes, não contavam nem mesmo com o apoio dos próprios familiares. Criticou o comportamento desses indivíduos, que, conforme observou, se limitavam a fazer ataques por meio de teclados, direcionando comentários a vereadores e autoridades. O parlamentar ressaltou, a esse respeito, que tendia a reconhecer como legítimas apenas as opiniões de quem já se candidatara a algum cargo ou atuara em campanhas eleitorais. Argumentou que, para discutir política de forma séria, era necessário haver passado pela experiência de pedir votos a familiares e amigos, afirmando que, por essa razão, deixava de responder à críticas provenientes de pessoas sem essa vivência. Na sequência, o edil Amauri Alberto Pereira de Sousa se reportou a fala anterior do vereador Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa e do vereador Alcemir da Conceição Costa, destacando a relevância do senador Weverton Rocha [Marques de Sousa] para o município de Imperatriz. Enfatizou que, embora o governador Carlos Orleans Brandão Junior contasse com maior estrutura de poder, as pesquisas eleitorais indicavam uma disputa acirrada entre ambos na corrida pelo Senado. Atribuiu o mérito do senador Weverton Rocha à sua atuação concreta, mencionando o aporte de mais de três milhões de reais em recursos destinados por este a Imperatriz e o fato de ser considerado o padrinho do Curso de Engenharia do Instituto Federal do Maranhão (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IFMA) na cidade. Prosseguindo, sublinhou que a maior biblioteca pública do Maranhão se situava no IFMA de Imperatriz e que a digital referido senador estava presente em diversas outras ações. Lembrou, ainda, a articulação deste para a implantação do Hospital de Amor, com investimentos superiores a quarenta milhões de reais e um custeio anual da ordem de oito milhões, ressaltando a capacidade do senador Weverton Rocha de garantir o funcionamento efetivo da unidade. Destacou, também, a atuação conjunta do senador Weverton Rocha com a Câmara Municipal, momento em que citou o empenho da vereadora Rosângela Aparecida Barros Curado na área da saúde e a destinação de mais quatro milhões de reais ao Instituto *Misericordiae Vultus*. Observou, no entanto, que tais ações representavam apenas uma parte das necessidades e que muito ainda precisava ser feito. Mencionou, a título de exemplo, a realização de Mutirão Solidário previsto para o sábado seguinte, organizado pelo mencionado Instituto com a condução de seu presidente, Áureo Columbi Cangussu, e sua equipe, cuja atuação qualificou como brilhante. Ao comentar a manifestação do vereador Rubem Lopes Lima sobre o tradicional evento Lava-Pratos, posicionou-se favoravelmente à manutenção dessa festividade, assim como à reforma do Teatro Ferreira Gullar, à destinação de recursos para os retiros das

igrejas evangélicas e à valorização da diversidade cultural, momento em que defendeu a importância do contraditório como forma de ampliar visões e promover transformações reais na mentalidade coletiva. Por fim, o vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa afirmou estar convicto de que a revitalização do Teatro Ferreira Gullar era uma medida fundamental e reiterou a expectativa de que o Governo do Estado, como prometido, deixasse sua marca também nos festejos juninos e no próprio Lava-Pratos, após o que concluiu reafirmando seu compromisso com a boa política, pautada pela escuta, diversidade e atuação concreta. Como não se registrasse mais nenhum pronunciamento, o primeiro-vice-presidente, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, submeteu a votação a Indicação Nº 431/2025, que recebeu a aprovação unânime dos edis participantes. Na sequência, expôs a discussão a Indicação de autoria do vereador Wanderson Manchinha Silva Carvalho, que informou que já havia formulado pessoalmente ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral a proposição do bloqueteamento do trecho da Rua Colinas compreendido entre a Rua Itaúna e a Av. Estocolmo, no Bairro Vilinha. Ao fazerem uso da palavra, solicitaram permissão para subscrever a matéria os edis Rubem Lopes Lima, Rosângela Aparecida Barros Curado, Mesaac Cirqueira Santiago, Renata Sousa Nascimento, Adriano Lima Brito e Jorgiana Pinheiro Sousa. Como não se registrasse mais nenhum pronunciamento, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, submeteu a votação a Indicação Nº 452/2025, que recebeu a aprovação unânime dos edis participantes. Ato contínuo, expôs a discussão a Indicação de autoria do vereador Jorgiana Pinheiro Sousa, que destacou a necessidade da recuperação asfáltica ou bloqueteamento, acompanhada de drenagem, bem como de sarjetas e guias, da Rua W1, no Parque São José. Ao fazerem uso da palavra, solicitaram permissão para subscrever a matéria os edis Mesaac Cirqueira Santiago, Amauri Alberto Pereira de Sousa, Adriano Lima Brito, Wanderson Manchinha Silva Carvalho e Renata Sousa Nascimento. Como ninguém mais se manifestasse, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, submeteu a votação a Indicação Nº 462/2025, que foi aprovada pela unanimidade dos edis participantes. Instantes depois, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, abriu inscrições a pronunciamentos no Grande Expediente, quando se inscreveu a vereadora Rosângela Aparecida Barros Curado. Ao se dirigir à Tribuna, a parlamentar Rosângela Aparecida Barros Curado destacou a importância do Instituto *Misericordiae Vultus*, que vinha se empenhando pela certificação, que era o CEBAS Saúde [Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social], para se tornar uma entidade filantrópica na cidade e região. A seguir, observou que Casa já estava mobilizada para participar da Clínica Solidária, em que profissionais da área da saúde, nas diversas especialidades, doariam quinhentas consultas ambulatoriais, no sábado, o dia inteiro, pela manhã e à tarde, em três locais: no Hospital Santa Mônica e nas Clínicas Othos e Cicatrizar. A esse respeito, a vereador Rosângela Aparecida Barros Curado frisou que seria importante que todos os edis estivessem unidos, porque o Legislativo unido, juntamente com o Executivo, o secretário municipal de Saúde, Flamarion de Oliveira Amaral, o Ministério Público, através do promotor de saúde, Thiago de Oliveira Costa Pires, e toda a equipe do Hospital Santa Mônica, da Cicatrizar e da Othos Diagnóstico. Ao se manifestar, o vereador Amauri

Alberto Pereira de Sousa declarou que o Instituto Misericórdia Vultus realizava trabalho brilhante no município de Imperatriz. Afirmou estar convicto de que a instituição contribuía significativamente com a cidade, especialmente ao promover ações em parceria com a Câmara Municipal. Nesta ocasião, referiu-se ao movimento previsto para ocorrer no sábado seguinte, destacando que a iniciativa, apoiada pela Casa Legislativa, traria benefícios concretos às famílias e às pessoas que necessitavam de atendimento especializado. O parlamentar elogiou ainda o médico Áureo Columbi Cangussu e sua equipe, enaltecendo sua dedicação à causa da saúde. Segundo avaliou, o profissional demonstrava viver intensamente aquilo que exercia. Por fim, em tom de reconhecimento, o vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa expressou que poucos seriam tão comprometidos com a saúde quanto o próprio doutor Áureo Columbi Cangussu e a vereadora Rosângela Aparecida Barros Curado. Como nada mais houvesse a tratar, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, deu por encerrada a Sessão. Tasso Assunção, secretário *ad hoc*, lavrou a presente ata, que, após revisada pela servidora Zilda de Carvalho Pereira, vai assinada pelos membros da Mesa Diretora. Plenário Léo Franklin, da Câmara Municipal de Imperatriz, Estado do Maranhão, em 6 de maio de 2025.

Adhemar Alves de Freitas Júnior
Presidente

Rodrigo Silva de Medeiros Passos
Primeiro vice-presidente

Rubem Lopes Lima
Segundo vice-presidente

Wanderson Manchinha Silva Carvalho
Primeiro-secretário

Whelberson Lima Brandão
Segundo-secretário